

Informações trimestrais

Equatorial Energia S.A.

31 de março de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão de
Informações Trimestrais

Equatorial Energia S.A.

Informações Trimestrais

31 de março de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais.....	1
Informações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	8
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	11



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia S.A
São Luis - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Building a better
working world

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 12 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho'.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-1PE020728/O-7-T-CE

Equatorial Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.226	9.035	404.045	397.866
Investimentos de curto prazo	5	226.554	223.045	2.040.274	2.083.474
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.860.017	1.977.709
Contas a receber – bandeiras tarifárias		-	-	-	5.542
Aquisição de combustível - conta CCC	8	-	-	168.868	221.298
Serviços pedidos		-	-	123.934	112.580
Depósitos judiciais	24	4.392	4.203	26.272	25.277
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	-	52.826
Estoques		-	-	11.381	11.430
Dividendos		68.188	68.188	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	-	-	93.997	94.874
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10.2	24.862	31.215	126.102	116.783
Outros créditos a receber	13	1.240	1.228	52.587	58.692
		334.462	336.914	4.907.477	5.158.351
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	-	347.230	277.587
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	12	-	-	58.529	65.824
Depósitos judiciais	24	-	-	155.523	150.527
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	82.594	273.803
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	-	-	99.350	88.233
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10.2	-	-	40.099	39.661
Outros créditos a receber	13	308.594	302.865	79.581	86.132
Ativo financeiro da concessão	14	-	-	2.303.982	2.228.931
Investimentos	15	3.183.862	3.046.120	93.360	88.646
Imobilizado		245	245	3.605	3.552
Intangível	16	-	-	4.302.368	4.124.640
		3.492.701	3.349.230	7.566.221	7.427.536
Total do ativo		3.827.163	3.686.144	12.473.698	12.585.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	395	305	822.267	934.780
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		2.602	223	45.207	33.994
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	702.517	805.387
Debêntures	19	-	-	62.131	47.303
Impostos e contribuições a recolher	20.1	3.068	483	276.881	312.421
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	20.2	6.643	10.637	22.696	18.238
Dividendos e JSCP		191.943	191.943	216.881	217.998
Encargos do consumidor		-	-	39.924	43.495
Contribuição de iluminação pública		-	-	57.822	17.433
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	83.673	75.088
Participação nos lucros	22	1.187	3.220	32.389	65.384
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	30.640	-
Valores a pagar da recuperação judicial	23	-	-	91.575	91.446
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	24	-	-	138.457	134.950
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	16.240	49.561
Outras contas a pagar	25	35	31	278.220	283.994
		205.873	206.842	2.917.520	3.131.472
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.481.433	2.587.266
Debêntures	19	-	-	502.468	495.182
Impostos e contribuições a recolher	20.1	-	-	44.067	50.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	50	50	181.848	142.502
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	24	-	-	421.198	469.996
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	82.160	16.978
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		-	-	131.730	128.527
Valores a pagar da recuperação judicial	23	-	-	979.088	995.599
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	36.718	36.718
Outras contas a pagar	25	-	-	295.312	301.699
		50	50	5.156.022	5.225.176
Patrimônio líquido					
Capital social	26.1	1.980.237	1.980.214	1.980.237	1.980.214
Reservas de capital	26.2	48.071	44.909	48.071	44.909
Reservas de lucros	26.3	1.472.341	1.472.341	1.472.341	1.472.341
Ajuste de avaliação patrimonial		(22.262)	(22.262)	(22.262)	(22.262)
Outros resultados abrangentes		4.050	4.050	4.050	4.050
Lucros acumulados		138.803	-	138.803	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		3.621.240	3.479.252	3.621.240	3.479.252
Participação dos acionistas não controladores		-	-	778.916	749.987
Total do patrimônio líquido		3.621.240	3.479.252	4.400.156	4.229.239
Total do passivo		3.827.163	3.686.144	12.473.698	12.585.887

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional líquida	29	-	-	1.733.822	1.678.595
Custos de energia elétrica, construção e operação	30	-	-	(1.400.783)	(1.269.281)
Energia elétrica comprada para revenda	31	-	-	(905.862)	(921.077)
Custo de construção		-	-	(296.746)	(270.316)
Pessoal		-	-	(33.511)	(29.226)
Material		-	-	(3.149)	(1.965)
Serviços de terceiros		-	-	(68.997)	(52.573)
Depreciação e amortização		-	-	(66.226)	(20.775)
Subvenção CCC		-	-	(18.579)	5.824
Outros		-	-	(7.713)	20.827
Lucro operacional bruto		-	-	333.039	409.314
Despesas com vendas	30			(107.254)	(96.914)
Despesas gerais e administrativas	30	(13.800)	(19.016)	(34.939)	(80.196)
Depreciação e amortização		(2)	-	(20.527)	(10.788)
Amortização do direito de concessão		(1.593)	(1.677)	(1.593)	(1.677)
Resultado da equivalência patrimonial		140.841	86.874	6.184	10.702
Outras receitas (despesas) operacionais		(690)	(681)	(12.917)	(34.262)
Total de receitas (despesas) operacionais		124.756	65.500	(171.046)	(213.135)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CSLL		124.756	65.500	161.993	196.179
Resultado financeiro	32	17.139	23.345	60.766	(61.451)
Receitas financeiras		17.139	23.391	302.991	345.153
Despesas financeiras		-	(46)	(242.225)	(406.604)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		141.895	88.845	222.759	134.728
Provisões de impostos sobre o lucro	21	(3.092)	(3.476)	(51.954)	(24.090)
Contribuição social	21.c	(820)	(921)	(9.015)	(6.442)
Imposto de renda	21.c	(2.272)	(2.555)	(18.365)	(18.030)
Incentivos fiscais	21.c	-	-	14.773	12.862
IRPJ e CSLL diferidos	21.c	-	-	(39.347)	(12.480)
Lucro líquido do período		138.803	85.369	170.805	110.638
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(32.002)	(25.269)
Lucro do período atribuído aos acionistas da controladora		138.803	85.369	138.803	85.369
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$		0,6989	0,4302	0,6989	0,4302
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$		0,6921	0,4212	0,6921	0,4212
Quantidade de ações no final do período		198.588	198.447	198.588	198.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Lucro líquido do período	138.803	85.369	170.805	110.638
Resultado abrangente total do período	138.803	85.369	170.805	110.638
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$	0,6989	0,4302		
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$	0,6921	0,4212		
Quantidade de ações no final do período	198.588	198.447		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva para investimento e expansão	Ajuste de avaliação patrimonial					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.977.276	22.585	98.107	773.736	(22.262)	-	(13.075)	2.836.367	609.158	3.445.525
Reclassificação de outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.244)	-	-	1.244	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	-	10.576	-	-	-	-	-	10.576	-	10.576
Distribuição dividendos aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.371)	(3.371)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	85.369	-	85.369	25.269	110.638
Saldos em 31 de março de 2015	1.977.276	33.161	98.107	772.492	(22.262)	85.369	(11.831)	2.932.312	631.056	3.563.368
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.980.214	44.909	138.124	1.334.217	(22.262)	-	4.050	3.479.252	749.987	4.229.239
Aumento de capital	23	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Distribuição dividendos aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.073)	(3.073)
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 30)	-	3.162	-	-	-	-	-	3.162	-	3.162
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	138.803	-	138.803	32.002	170.805
Saldos em 31 de março de 2016	1.980.237	48.071	138.124	1.334.217	(22.262)	138.803	4.050	3.621.240	778.916	4.400.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	138.803	85.369	170.805	110.638
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Amortização e depreciação	1.593	1.677	88.346	33.220
Resultado de equivalência patrimonial	(140.841)	(86.874)	(6.184)	(10.702)
Perda na venda de intangível / Imobilizado	-	-	5.285	(31.719)
Atualização do ativo financeiro	-	-	(62.864)	(12.371)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	(21.275)	290.472
Perda ou ganho com instrumentos derivativos	-	-	133.450	(116.173)
Ajuste a valor presente	121	-	8.606	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis	-	-	(44.980)	28.908
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(35.152)	12.022
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	31.861	(90.932)
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.426)	(8.295)	(83.004)	(45.727)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	39.347	12.480
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	(3.476)	12.607	24.472
Pagamento com base em ações	3.162	10.576	3.162	10.576
Ganho (perda) no investimento	-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(3.371)
Outros	(10.133)	-	-	1.733
	(14.721)	(1.023)	240.010	213.526
Variações nas contas dos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	92.556	(177.274)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	-	426.382
Contas a receber – bandeiras tarifárias	-	-	5.542	(58.512)
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	52.430	6.156
Serviços pedidos	-	-	(11.354)	(11.580)
Depósitos judiciais	(189)	-	(5.991)	(5.161)
Estoques	-	-	49	(2.210)
Dividendos a receber	1.507	1.691	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(10.240)	(1.141)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	6.353	718	(9.757)	15.754
Sub-rogação da CCC	-	-	7.295	30.711
Outros créditos a receber	4.270	(10.731)	12.656	(16.425)
	11.941	(8.322)	133.186	206.700
Variações nas contas dos passivos				
Fornecedores	90	111	(112.513)	(176.954)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	2.379	2.142	11.213	(7.560)
Impostos e contribuições a recolher	2.585	1.578	(42.182)	(58.153)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(3.994)	4.307	(39.292)	(110.228)
Encargos do consumidor	-	-	(3.571)	-
Contribuição de iluminação pública	-	-	40.389	(2.075)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	11.788	9.364
Participação nos lucros	(2.033)	(3.325)	(32.995)	(14.586)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(10.139)	(5.936)
Juros pagos	-	-	(34.514)	(29.466)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	31.143	69.360
Recuperação judicial	-	-	-	(21.618)
Outras contas a pagar	4	(7)	(12.162)	48.400
	(969)	4.806	(192.835)	(299.452)
	(3.749)	(4.539)	180.361	120.774
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Atividades de investimentos				
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	-	-	(283.634)	(303.305)
Resgates/ Aplicações financeiras	3.917	(18.373)	126.204	381.417
Recebimento de dividendos	-	-	1.505	1.693
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	3.917	(18.373)	(155.925)	79.805
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(131.093)	557.714
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(24.222)	(742.578)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-	-	141.225	69.440
Recurso destinado para aumento de capital	23	-	(3.050)	-
Dividendos pagos	-	-	(1.117)	3.221
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	23	-	(18.257)	(112.203)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	191	(22.912)	6.179	88.376
Variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.035	23.226	397.866	280.098
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.226	314	404.045	368.474
Variação de caixa e equivalentes de caixa	191	(22.912)	6.179	88.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Equatorial Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	2.194.916	2.008.737
Receitas de construção	-	-	296.746	270.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	-	(44.980)	(28.908)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	-	-	49.121	(3.714)
Outras despesas (receitas) operacionais	(690)	(680)	(12.917)	(34.262)
	(690)	(680)	2.482.886	2.212.169
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(1.202.608)	(1.191.393)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(531)	(486)	(166.902)	(121.776)
Subvenção - CCC	-	-	(18.579)	5.824
Despesas comerciais e outros	-	-	(590)	-
	(531)	(486)	(1.388.679)	(1.307.345)
Valor adicionado (aplicado) bruto	(1.221)	(1.166)	1.094.207	904.824
Depreciação e amortização	(2)	-	(86.753)	(31.563)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	(1.223)	(1.166)	1.007.454	873.261
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	17.139	23.345	60.766	(61.451)
Resultado de equivalência patrimonial	140.841	86.874	6.184	10.702
Amortização do direito de concessão	(1.593)	(1.677)	(1.593)	(1.677)
	156.387	108.542	65.357	(52.426)
Valor adicionado total a distribuir	155.164	107.376	1.072.811	820.835
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	10.247	16.659	56.685	67.434
Benefícios	263	49	14.454	14.289
FGTS	68	31	4.968	3.832
Outros	2.691	1.791	14.371	(1.587)
	13.269	18.530	90.478	83.968
Tributos				
Federais	3.092	3.477	391.546	252.822
Estaduais	-	-	416.525	371.160
Municipais	-	-	1.133	566
	3.092	3.477	809.204	624.548
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	-	-	2.324	1.681
	-	-	2.324	1.681
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido no período	138.803	85.369	138.803	85.369
Participação dos não-controladores nos lucros do exercício	-	-	32.002	25.269
	138.803	85.369	170.805	110.638
Valor adicionado	155.164	107.376	1.072.811	820.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações sobre a Companhia

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Luis, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o *ticket* “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado. A sede social da Companhia está localizada na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Altos do Calhau - São Luís - MA.

Em 1º de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do administrador Judicial e do Ministério Público decretou por encerrada a recuperação judicial da Controlada CELPA, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram-se quando forem integralmente liquidadas.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. As controladas CEMAR e CELPA, nos termos da legislação vigente, celebraram o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>
CEMAR	a.	65,11%
Equatorial Soluções	b.	100,00%
CELPA	c.	96,50%
Geradora de energia do norte	d.	25,00%
Vila Velha	e.	50,00%
Equatorial Telecomunicações	f.	0,04%

- a. Companhia Energética do Maranhão ("CEMAR"): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,2 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 333 mil km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Companhia, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.
- b. Equatorial Soluções S.A.: a Equatorial Soluções é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.
- c. Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 2,3 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/07/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 - SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias.
- d. Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Companhia. O consórcio que detém o controle da Companhia é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- e. Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da Companhia é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- f. Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Entidades controladas e controladas em conjunto--Continuação

As controladas CEMAR, CELPA e Equatorial Soluções serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”.

A Geradora de Energia do Norte e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto pela Equatorial Energia.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o período findo em 31 de março de 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, descritas na Nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

O Grupo adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de maio de 2016.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	102	161	35.994	46.987
Equivalentes de caixa	9.124	8.874	368.051	350.879
Total	9.226	9.035	404.045	397.866

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 102% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
CDB	8.823	8.543	228.263	212.119
Debêntures compromissadas	301	331	139.788	138.760
Total	9.124	8.874	368.051	350.879

5. Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos (a)	226.554	223.045	2.032.363	2.080.520
Outros	-	-	7.911	2.954
Total	226.554	223.045	2.040.274	2.083.474

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e de suas Controladas, classificados como mantidos para negociação.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	1.379.764	1.530.078
Contas a receber de consumidores não faturados	203.250	275.913
Parcelamentos de débitos	730.153	763.554
Baixa renda e viva luz	58.756	61.475
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	86.518	151.609
Total	2.464.829	2.789.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(257.582)	(533.721)
Total	2.207.247	2.255.296
Total circulante	1.860.017	1.977.709
Total não circulante	347.230	277.587

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)

	31/12/2015	Provisões	Reversões	31/03/2016
		Adições	(baixas) (a)	
Contas a receber de consumidores faturados	449.314	159.296	(396.738)	211.872
Parcelamentos	81.453	51.593	(92.862)	40.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	7.919	(5.347)	3.100
Total circulante	531.492	218.808	(494.947)	255.353
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	533.721	218.808	(494.947)	257.582

	31/12/2014	Provisões	Reversões	31/12/2015
		adições	(baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	313.145	176.977	(40.808)	449.314
Parcelamentos	52.619	68.070	(39.236)	81.453
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	197	-	-	197
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
Total circulante	366.489	245.047	(80.044)	531.492
Cheques em cobrança	2.229	-	-	2.229
Total não circulante	2.229	-	-	2.229
Total	368.718	245.047	(80.044)	533.721

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)--Continuação

(a) A Controlada CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se que um total de R\$298.130 encontravam-se vencidos a mais de 360 dias, assim, com isso a CELPA realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do trimestre, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

A constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

- Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento. Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado 31/03/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	244.913	393.802	66.270	704.985
Industrial	74.606	42.594	46.688	163.888
Comercial	112.938	100.328	35.584	248.850
Rural	18.990	19.493	13.280	51.763
Poder público	34.440	40.801	32.425	107.666
Iluminação pública	5.482	24.495	4.805	34.782
Serviço público	32.091	29.476	6.263	67.830
Fornecimento faturado (circulante e não circulante)	523.460	650.989	205.315	1.379.764

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (CEMAR e CELPA)--Continuação

	Consolidado 31/12/2015			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	329.726	278.349	232.585	840.660
Industrial	80.243	26.492	50.905	157.640
Comercial	156.209	66.433	39.551	262.193
Rural	18.921	13.891	28.651	61.463
Poder público	31.352	54.024	8.253	93.629
Iluminação pública	23.457	7.142	1.561	32.160
Serviço público	14.105	55.371	12.857	82.333
Fornecimento faturado (circulante e não circulante)	654.013	501.702	374.363	1.530.078

Parcelamentos

	Consolidado 31/03/2016			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	387.180	40.397	32.822	460.399
Industrial	24.396	3.650	12.091	40.137
Comercial	58.506	7.518	7.680	73.704
Rural	17.484	2.350	4.780	24.614
Poder público	74.614	4.833	6.148	85.595
Iluminação pública	7.874	428	70	8.372
Serviço público	33.989	1.941	1.402	37.332
Parcelamento	604.043	61.117	64.993	730.153

	Consolidado 31/12/2015			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	382.629	28.971	64.066	475.666
Industrial	28.561	2.799	15.799	47.159
Comercial	61.476	5.239	15.119	81.834
Rural	18.087	1.705	4.970	24.762
Poder público	71.367	3.217	5.293	79.877
Iluminação pública	8.715	140	399	9.254
Serviço público	18.264	1.009	1.083	20.356
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
Parcelamento	592.795	48.279	122.480	763.554

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Contas a receber bandeiras tarifárias

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a março de 2016, no valor de R\$106.256, bem como repasses da CCRBT, no montante de R\$387, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado do Grupo no período.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente no valor de R\$4,50 para cada 100 kWh. A partir de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 a ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha patamar 1 e em março a bandeira amarela.

8. Aquisição de combustível – conta CCC

A controlada CELPA detém em 31 de março de 2016 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis – CCC no montante de R\$168.868 (R\$221.298 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros

	Consolidado			Consolidado		
	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	27.829	11.368	39.197	46.248	6.637	52.885
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	451	8.095	8.546	814	-	814
Rede básica	8.554	3.529	12.083	12.320	819	13.139
Compra energia	147.725	65.148	212.873	218.658	30.470	249.128
ESS - Encargos do Serviço do Sistema	(101.787)	(63.447)	(165.234)	(202.797)	(6.900)	(209.697)
	82.772	24.693	107.465	75.243	31.026	106.269
<i>Itens financeiros</i>						
Sobrecontratação energia	(78.120)	(5.304)	(83.424)	(96.939)	(11.907)	(108.846)
Exposição financeira	2.283	(19.887)	(17.604)	15.391	5.967	21.358
PIS/CONFINS	(16.702)	-	(16.702)	(11.121)	-	(11.121)
Eletro nuclear	3.888	-	3.888	6.763	-	6.763
Neutralidade	(12.962)	(40.575)	(53.537)	(31.663)	(22.658)	(54.321)
Cepisa violação limite continuidade	1.870	-	1.870	2.602	-	2.602
Outros	731	(41.087)	(40.356)	(9.837)	(19.406)	(29.243)
Total	(99.012)	(106.853)	(205.865)	(124.804)	(48.004)	(172.808)
	(16.240)	(82.160)	(98.400)	(49.561)	(16.978)	(66.539)

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015	Constituição	Atualização	Amortizações	31/03/2016
<i>Parcela A</i>					
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	52.885	(11.742)	2.577	(4.523)	39.197
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	814	7.837	253	(358)	8.546
Rede básica	13.139	3.654	375	(5.085)	12.083
Compra energia (a)	249.128	99.162	9.400	(144.817)	212.873
ESS - Encargos do Serviço do Sistema (b)	(209.697)	(10.151)	(5.683)	60.297	(165.234)
	106.269	88.760	6.922	(94.486)	107.465
<i>Itens financeiros</i>					
Sobrecontratação energia (c)	(108.846)	(10.617)	(1.001)	37.040	(83.424)
Exposição financeira 2014	21.358	(33.776)	(762)	(4.424)	(17.604)
PIS/ CONFINS (d)	(11.121)	(5.581)	-	-	(16.702)
Eletro nuclear	6.763	-	-	(2.875)	3.888
Neutralidade	(54.321)	394	(1.661)	2.051	(53.537)
Cepisa violação limite continuidade	2.602	-	-	(732)	1.870
Outros	(29.243)	(8.418)	-	(2.695)	(40.356)
	(172.808)	(57.998)	(3.424)	28.365	(205.865)
Total	(66.539)	30.762	3.498	(66.121)	(98.400)

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (b) Encargo pago para os agentes no sistema elétrico, relacionado ao acionamento das térmicas para poupar reservatórios, dos despachos das térmicas no sistema devido à restrição de transmissão entre os submercados e em consequência esta recebe pela geração até o preço do PLD e acima disso o custo é pago pelo encargo proporcional a carga de cada agente.
- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu artigo 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Esse repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição.
- (d) Pela sistemática das distribuidoras de energia, conforme Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, a alíquota efetiva de PIS/COFINS calculados no mês é aplicada no segundo mês subsequente. Onde é apurada a diferença entre os valores calculados e os efetivamente cobrados do consumidor, os valores apurados são reconhecidos como passivo ou ativo regulatório de acordo com impacto causado. Em dezembro de 2014, resultou em um valor a ser cobrado do consumidor repassado em janeiro de 2015, já em 2015 resultou em uma devolução ao consumidor, a ser repassada em 2016.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA, adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão).

Nesse processo as CVAs contabilizadas pelas controladas são auditadas e apuradas devendo ser feito a baixa da diferença entre o valor apurado pelo Grupo e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que eles só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

9. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

	31/12/2014	Constituição	Baixa/Reajuste		Amortizações	31/12/2015
			Tarifário	Atualização		
<i>Parcela A</i>						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.575	66.851	(9.241)	7.748	(15.048)	52.885
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	1.475	1.168	(4)	174	(1.999)	814
Rede básica	19.631	5.914	327	2.294	(15.027)	13.139
Compra energia (a)	556.205	(148.029)	209.293	59.968	(428.309)	249.128
ESS - Encargos do Serviço do Sistema (b)	(180.821)	(155.596)	22.477	(26.887)	131.130	(209.697)
	<u>399.065</u>	<u>(229.692)</u>	<u>222.852</u>	<u>43.297</u>	<u>(329.253)</u>	<u>106.269</u>
<i>Itens financeiros</i>						
Sobrecontratação energia (c)	263.132	(154.809)	(219.738)	4.547	(1.978)	(108.846)
Exposição financeira 2014	(9.504)	26.910	2.940	1.817	(805)	21.358
PIS/ CONFINS (d)	61.169	(11.121)	(61.169)	-	-	(11.121)
Eletronuclear	17.938	-	9.822	-	(20.997)	6.763
Limite de continuidade	(1.017)	-	113	-	904	-
Neutralidade	(11.412)	(49.376)	(7.209)	-	13.676	(54.321)
Cepisa violação limite continuidade	1.090	1.824	(359)	47	-	2.602
Outros	1.995	(28.802)	(1.126)	-	(1.310)	(29.243)
	<u>323.391</u>	<u>(215.374)</u>	<u>(276.726)</u>	<u>6.411</u>	<u>(10.510)</u>	<u>(172.808)</u>
Total	<u>722.456</u>	<u>(445.066)</u>	<u>(53.874)</u>	<u>49.708</u>	<u>(339.763)</u>	<u>(66.539)</u>

10. Impostos a recuperar

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
<i>Circulante</i>		
PIS/COFINS	741	1.205
ICMS	32.627	35.138
PAEX A recuperar	41.459	40.798
Encargos sociais e outros	2.504	1.323
Outros	16.666	16.410
Total	<u>93.997</u>	<u>94.874</u>
<i>Não circulante</i>		
ICMS	96.361	85.263
FINSOCIAL	2.266	2.247
Outros	723	723
Total	<u>99.350</u>	<u>88.233</u>

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

10. Impostos a recuperar--Continuação

10.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	71.236	55.450
Antecipação de IRPJ/CSLL	9.502	21.943
IRPJ/CSLL a restituir	37.340	32.315
IRRF e CSLL retido na fonte	8.024	7.075
	126.102	116.783
Não circulante		
IRPJ e CSLL restituir	40.099	39.661
	40.099	39.661

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos no trimestre findo em 31 de março de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Controladora

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2016		Resultado/ despesa	31/12/2015		31/03/2015 Resultado/ despesa
			Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	(237)	-	-	(212)	-
		Dividendos	44.696	-	-	44.696	-	-
CELPA	(b)	Contrato de mútuo	102.307	-	3.659	102.464	-	-
		Cessão de créditos	212.647	-	6.472	200.401	-	-
		Dividendos	16.758	-	-	16.758	-	-
Equatorial Soluções	(c)	Dividendos	6.353	-	-	6.353	-	-

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Consolidado

Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2016			31/12/2015		31/03/2015
			Ativo	Passivo	Resultado/ despesa	Ativo	Passivo	Resultado/ despesa
ELETROBRAS	(d)	Empréstimos	-	(300.642)	-	-	(313.001)	-
		Dividendos	-	(23.032)	-	-	(23.032)	-
FASCEMAR	(e)	Previdência privada	-	-	634	-	-	767
GERAMAR	(f)	Compra de energia elétrica	-	-	-	-	-	1.485

- (a) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber.
- (b) Centrais Elétricas do Para - CELPA, Sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 2,1 milhão de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência de 30 anos, podendo ser renovado por igual período. Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Sociéte Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043.
- (c) Equatorial Soluções - Sociedade anônima de capital fechado que tem como atividade principal a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados. Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado.
- (d) Eletrobrás - Companhia de capital aberto que tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. A Eletrobrás é acionista da controlada CEMAR. Os valores com a ELETROBRAS são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a ELETROBRAS são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil.
- (e) FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar.
- (f) GERAMAR - Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão. Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. ("GERAMAR") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos Administradores

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi fixada em até R\$14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2016:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	34%
Remuneração variável:	1%
Remuneração baseada em ações:	65%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	7	7	14
Remuneração fixa anual	360	514	874
Salário ou pró-labore	360	510	870
Benefícios diretos e indiretos	-	4	4
Remuneração variável			
Bônus	-	1.078	1.078
Benefícios pós emprego	-	4	4
Remuneração baseada em ações	-	1.074	1.074
Valor total da remuneração por órgão	360	1.592	1.952

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2016
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	1.341
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	8.896
Banco do Brasil - CCB Nº 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	96.114
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	156.334
Banco do Brasil - CCB Nº 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	41.665
Banco do Brasil - CCB Nº 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	23.743
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	65.458
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	466.645	100	13/12/2012	15/12/2022	466.645	385.243
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	141.709	100	30/12/2014	15/03/2024	141.709	148.434
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	4.621
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	89.693
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866- 52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	26.769
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	4.495
International Finance Corporation - IFC	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	-
Total	1.551.419				1.551.419	1.052.806

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Partes relacionadas--Continuação

Garantias--Continuação

CELPA

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	256.796
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	5.726
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	6.930
Banco Guanabara - (Cpaital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	5.262
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	31/12/2014	30/06/2018	22.900	17.214
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	384.925
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	200.000	203.930
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)- US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	247.894
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI) - US\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	402.909
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	20.585
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	88.699
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	341	100	18/11/2015	18/11/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Oscar Dias)	410	100	27/08/2015	27/08/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial -Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Garantia de Leilão 15º LEE - Edital 14/2015)	423	100	02/12/2015	02/06/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Al nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.814.0005)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.814.0301)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	36.467	100	09/09/2015	09/09/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - Al: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	78	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Civil)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Exceção Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Total	2.407.162				.544.379	1.640.870

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

12. Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012, a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica".

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à controlada CELPA R\$182.493 (R\$163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$282.705 (R\$348.129 em 31 de dezembro de 2015) e R\$22.374 referente à interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/03/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	9.292	(18.581)	1.994	36.155
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	-	-	22.374
Total	65.824	9.292	(18.581)	1.994	58.529

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	1.936	1.985
Adiantamento a fornecedores	-	-	6.683	5.058
Alienação de bens e direitos	-	-	4.497	5.437
Crédito ressarcimento de energia	-	-	1.558	3.262
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	6.173	5.264
Despesas pagas antecipadamente	-	-	5.208	10.271
Outros créditos a receber	1.240	1.228	26.532	27.415
Total	1.240	1.228	52.587	58.692
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Não circulante				
Valores a liberar (a)	-	-	16.140	16.140
Caução em garantia (b)	-	-	58.827	65.376
Cessão de crédito - Celpa	308.594	302.865	-	-
Outros créditos a receber	-	-	4.614	4.616
Total	308.594	302.865	79.581	86.132

(a) Refere-se ao saldo da controlada CELPA do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.

(b) Refere-se ao saldo da controlada CELPA em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/03/2016
Ativo financeiro	3.176.346	88.496	9.878	(575)	3.274.145
Obrigações especiais (b)	(947.415)	(25.632)	2.884	-	(970.163)
Ativo financeiro	2.228.931	62.864	12.762	(575)	2.303.982

	31/12/2014	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Ajuste VNR (c)	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	2.381.757	26.416	249.403	561.731	(32.876)	(10.085)	3.176.346
Obrigações especiais (b)	(815.784)	-	(98.197)	(47.364)	(61)	13.991	(947.415)
Ativo financeiro	1.565.973	26.416	151.206	514.367	(32.937)	3.906	2.228.931

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com esse normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

- (b) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel.

- (c) Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referentes ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da controlada CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e controladas em conjunto seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.515.752	1.467.879	-	-
CELPA	96,50%	1.552.452	1.470.032	-	-
Geramar	25,00%	79.960	75.282	79.960	75.282
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
Equatorial Soluções	100,00%	32.398	29.627	-	-
Subtotal		3.183.862	3.046.120	83.260	78.582
Outros investimentos		-	-	10.100	10.064
Total		3.183.862	3.046.120	93.360	88.646

Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

	CEMAR	CELPA	Geramar	Vila Velha	Equatorial Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2015	1.467.879	1.470.032	75.282	3.300	29.627	3.046.120
Dividendos pagos	-	-	(1.506)	-	-	(1.506)
Resultado da equivalência patrimonial	49.466	82.420	6.184	-	2.771	140.841
Amortização do direito de concessão	(1.593)	-	-	-	-	(1.593)
Ajuste PPA Celpa	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2016	1.515.752	1.552.452	79.960	3.300	32.398	3.183.862

	CEMAR	CELPA	Geramar	Vila Velha	Equatorial Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2014	1.282.696	391.262	66.879	3.300	24.793	1.768.930
Aumento de capital (a)	-	588.417	-	-	-	588.417
Dividendos mínimos	(44.977)	(16.759)	(23.018)	-	(1.505)	(86.259)
Resultado da equivalência patrimonial	236.867	500.452	31.421	-	6.339	775.079
Amortização do direito de concessão	(6.707)	-	-	-	-	(6.707)
Ajuste PPA Celpa	-	24	-	-	-	24
Outros resultados abrangentes	-	15.881	-	-	-	15.881
Ganho (perda) no investimento	-	(9.245)	-	-	-	(9.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.467.879	1.470.032	75.282	3.300	29.627	3.046.120

(a) Refere-se ao aporte de capital realizado com os valores de contrato de mútuo celebrado com a controlada CELPA, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 2 de maio de 2016, juntamente com o com os valores de Aporte para Futuro Aumento de Capital derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Investimentos--Continuação

Conciliação investimento

Controladas	Participação no capital	2016						
		Patrimônio da controlada	Resultado	Ágio/PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo Ágio/PPA	Total do investimento
CEMAR	65,11%	2.024.250	75.976	-	49.466	1.317.963	197.789	1.515.752
CELPA	96,50%	1.888.117	43.147	40.783	41.637	1.822.018	(269.566)	1.552.452
Geramar	25,00%	280.729	24.644	24	6.160	70.182	9.778	79.960
Vila Velha	50,00%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
Equatorial Soluções	100,00%	32.398	2.771	-	2.771	32.398	-	32.398
		4.232.094	146.538	40.807	100.034	3.245.861	(61.999)	3.183.862

16. Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/03/2016			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,30%	8.735.076	(3.489.902)	(1.720.834)	3.524.340
Em curso		1.114.651	-	(534.413)	580.238
Contrato de concessão		291.810	(94.020)	-	197.790
Total		10.141.537	(3.583.922)	(2.255.247)	4.302.368

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	31/12/2015			
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,11%	8.720.104	(3.376.024)	(1.731.111)	3.612.969
Em curso		852.623	-	(540.336)	312.287
Contrato de concessão		291.810	(92.426)	-	199.384
Total		9.864.537	(3.468.450)	(2.271.447)	4.124.640

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC01.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

16. Intangível (Consolidado)--Continuação

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/03/2016
Em Serviço	8.720.104	36	(9.904)	24.840	8.735.076
(-) Amortização	(3.376.024)	(119.037)	5.159	-	(3.489.902)
Total em serviço	5.344.080	(119.001)	(4.745)	24.840	5.245.174
Em curso	852.623	296.746	-	(34.718)	1.114.651
Total	852.623	296.746	-	(34.718)	1.114.651
Obrigações especiais (i)	(2.942.915)	(13.242)	-	(2.884)	(2.959.041)
(-) Amortização	671.468	32.326	-	-	703.794
Total em obrigações especiais	(2.271.447)	19.084	-	(2.884)	(2.255.247)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(92.426)	(1.594)	-	-	(94.020)
Total de direito de concessão	199.384	(1.594)	-	-	197.790
Total	4.124.640	195.235	(4.745)	(12.762)	4.302.368

	31/12/2014	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização (ii)	31/12/2015
Em Serviço	8.149.113	(29.331)	48	(189.049)	789.323	8.720.104
(-) Amortização	(3.037.353)	-	(472.175)	133.504	-	(3.376.024)
Total em serviço	5.111.760	(29.331)	(472.127)	(55.545)	789.323	5.344.080
Em curso	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Total	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Obrigações especiais (i)	(2.738.345)	-	(307.959)	56.025	47.364	(2.942.915)
(-) Amortização	512.681	-	158.787	-	-	671.468
Total em obrigações especiais	(2.225.664)	-	(149.172)	56.025	47.364	(2.271.447)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(85.719)	-	(6.707)	-	-	(92.426)
Total de direito de concessão	206.091	-	(6.707)	-	-	199.384
Total	4.217.519	(29.331)	492.242	(41.423)	(514.367)	4.124.640

(i) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

(ii) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

17. Fornecedores (Consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	-	-	375.639	473.401
Aquisição de combustível	-	-	(4.119)	112.544
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	32.053	24.639
Materiais e serviços	-	-	401.118	300.287
Outros	395	305	17.576	23.909
Total	395	305	822.267	934.780

No primeiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 44,07 por MWh (R\$MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) as controladas estão, no trimestre findo em 31 de março de 2016, sobrecontratadas, ou seja, não adquiriram energia no mercado de curto prazo devido às sobras de contratos e estão vendendo energia na CCEE todavia com PLD inferior ao ano de 2015. .

18. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/03/2016		Total
		Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	
Moeda estrangeira (USD):				
Tesouro Nacional	4,88%	1.562	79.046	80.608
CCBI Itaú	2,43%	247.894	-	247.894
CCBI Citibank	2,56%	47.101	355.807	402.908
Santander	4,20%	88.699	-	88.699
Operação Itaú	3,00%	1.933	144.877	146.810
Operação Santander	3,00%	2.206	146.813	149.019
Subtotal		389.395	726.543	1.115.938
(-) Custo de transação		(285)	-	(285)
Total moeda estrangeira		389.110	726.543	1.115.653
Moeda nacional				
Eletrobras	9,39%	55.393	245.249	300.642
FINAME	11,22%	103	-	103
Guanabara	13,84%	2.050	3.212	5.262
IBM	14,46%	23.626	28.290	51.916
BNDES	9,44%	181.484	1.006.505	1.187.989
Banco do Brasil	14,84%	19.751	306.465	326.216
BNB	8,50%	23.354	70.960	94.314
CAIXA	6,00%	2.886	59.061	61.947
FINEP	4,00%	1.129	3.365	4.494
Sudene	7,00%	5.257	37.299	42.556
Votorantim	4,50%	475	1.404	1.879
Subtotal		315.508	1.761.810	2.077.318
(-) Custo de captação		(2.101)	(6.920)	(9.021)
Total moeda nacional		313.407	1.754.890	2.068.297
Total geral		702.517	2.481.433	3.183.950

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

	Custo médio da dívida (% a.a.)	31/12/2015		Total Principal e encargos
		Circulante	Não circulante	
		Principal e encargos	Principal e encargos	
Moeda estrangeira (USD):				
Tesouro Nacional	4,85%	2.643	90.649	93.292
CCBI Itaú	2,34%	137.638	135.645	273.283
CCBI Citibank	5,72%	196.902	243.993	440.895
Santander	3,30%	151.100	-	151.100
Operação Itaú	3,00%	929	158.958	159.887
Operação Santander	3,00%	1.046	158.730	159.776
Subtotal		490.258	787.975	1.278.233
(-) Custo de transação		(699)	-	(699)
Total moeda estrangeira		489.559	787.975	1.277.534
Moeda nacional				
Eletrobras	5,45%	54.737	258.264	313.001
FINAME	11,32%	274	-	274
Guanabara	14,79%	2.055	3.719	5.774
IBM	14,08%	29.404	26.488	55.892
BNDES	8,51%	177.613	1.033.826	1.211.439
Banco do Brasil	8,50%	8.924	306.946	315.870
BNB	8,50%	25.118	75.489	100.607
CAIXA	8,55%	2.889	59.242	62.131
FINEP	13,50%	1.130	3.645	4.775
IFC	4,50%	11.082	-	11.082
Sudene	7,00%	4.535	37.299	41.834
Votorantim	4,50%	475	1.522	1.997
Subtotal		318.236	1.806.440	2.124.676
(-) Custo de captação		(2.408)	(7.149)	(9.557)
Total moeda nacional		315.828	1.799.291	2.115.119
Total geral		805.387	2.587.266	3.392.653

No trimestre findo em 31 de março de 2016, o Grupo registrou o montante de R\$3.183.950 (R\$ 3.392.653 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$702.517 de curto prazo e R\$2.481.433 de longo prazo (R\$805.387 de curto prazo e R\$2.587.266 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2016	
	Valor	%
Circulante	702.517	22%
2017	654.542	21%
2018	745.383	23%
2019	317.834	10%
2020	267.768	8%
Após 2020	502.826	16%
Total	2.488.353	78%
Custo de captação (não circulante)	(6.920)	0%
Não circulante	2.481.433	78%
Total	3.183.950	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315.828	1.799.291	489.559	787.975	3.392.653
Encargos	33.534	1.276	9.102	-	43.912
Varição monetária e cambial	12.845	6.941	15.251	(122.997)	(87.960)
Transferências de principal	52.849	(52.849)	(61.564)	61.564	-
Amortizações de principal	(76.059)	-	(55.034)	-	(131.093)
Pagamentos de juros	(25.896)	-	(8.618)	-	(34.514)
Custo de transação	23	404	-	-	427
Transferências de transação	(106)	106	-	-	-
Apropriação de custo de transação	389	(278)	414	-	525
Saldos em 31 de março de 2016	313.407	1.754.891	389.110	726.542	3.183.950

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	423.485	2.444.874	536.370	452.880	3.857.609
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	488.503	125.000	493.613	1.107.116
Encargos	152.733	13.082	28.084	(3.854)	190.045
Varição monetária e cambial	577	22.523	71.443	319.608	414.151
Transferências de principal	300.768	(300.768)	296.082	(296.082)	-
Amortizações de principal	(427.477)	-	(542.751)	-	(970.228)
Pagamentos de juros	(134.356)	-	(25.627)	-	(159.983)
Custo de transação	722	32	-	-	754
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Apropriação de custo de transação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315.828	1.799.291	489.559	787.975	3.392.653

(a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores da controlada CELPA, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, eles foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

O saldo referente à garantia de dívida, compreendido em caução nas controladas CEMAR e CELPA no montante de R\$65.188 (R\$70.705 em 31 de dezembro de 2015).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

18. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

Acompanhamento dos *covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2016, o Grupo manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

19. Debêntures (Consolidado)

A movimentação das debêntures na controlada CEMAR é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
Encargos	14.828	-	14.828
Variação monetária	-	7.162	7.162
Custo de captação	-	124	124
Saldos em 31 de dezembro de 2015	62.131	502.468	564.599

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284
Encargos	56.828	(473)	56.355
Variação monetária	398	22.127	22.525
Transferências	33.400	(33.400)	-
Pagamentos de juros	(54.182)	-	(54.182)
Custo de captação	(2)	505	503
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR e aumento do capital de giro. Em 31 de março de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 15,22% ao ano.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Em 31 de março de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 15,84% ao ano.

Em 31 de março de 2016, as debêntures representam o montante de R\$564.599 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	62.131	11%	47.303	19%
2017	100.953	18%	100.450	32%
2018	174.876	31%	174.876	26%
2019	141.096	25%	141.096	19%
2020	87.531	16%	80.369	14%
Total	504.456	89%	496.791	91%
Custo de captação - não circulante	(1.988)	0%	(1.609)	0%
Total não circulante	502.468	89%	495.182	91%
Total	564.599	100%	542.485	100%

Covenants

As emissões de debêntures, classificadas no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de março de 2016, a CEMAR e suas controladas atenderam todos os indicadores requeridos contratualmente.

20. Impostos a recolher

20.1. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	184.242	194.568
ICMS parcelamento	33.866	33.056
PIS/COFINS	31.679	46.149
Encargos sociais e outros	19.727	29.263
Outros	7.367	9.385
Total	276.881	312.421

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Impostos a recolher--Continuação

20.1. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	22.590	30.316
Outros	21.477	20.393
Total	44.067	50.709

(a) A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 30 de outubro de 2017.

20.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
IRRF	3.419	10.163	3.860	9.981
Provisão de IRPJ/CSL	3.224	474	18.836	8.257
Total	6.643	10.637	22.696	18.238

21. Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
IRPJ prejuízos fiscais (*)	132.544	132.544
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (i)	(279.170)	(244.591)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(85.487)	(88.325)
IRPJ e CSLL CELPA aquisição CELPA (ii)	50.265	57.870
Total	(181.848)	(142.502)

(*) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

(i) Composição IRPJ e CSLL diferenças temporárias.

	Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Contingências	93.509	91.875
PCLD	87.578	181.466
Tributos com exigibilidade suspensa	1.730	971
Depreciação acelerada	(304.336)	(295.193)
Provisão Fundo de pensão	12.484	12.484
Ajuste a valor presente	(161.780)	(157.113)
VNR	(37.395)	(23.802)
Swap	(14.731)	(108.120)
Outras despesas não dedutíveis	43.771	52.841
Total	(279.170)	(244.591)

(ii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	31/03/2016	31/12/2015
Intangível - mais-valia concessão	(39.407)	(40.276)
Baixa de ativo Imobilizado	37.157	37.976
Contingências possíveis	43.365	51.020
Outras contas a pagar - PLPT	9.150	9.150
	50.265	57.870

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

<u>Expectativa de realização</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Total</u>
Impostos diferidos	10.400	76.900	45.244	132.544

A CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no trimestre findo em 31 de março de 2016, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Em 25 de novembro de 2014, a CEMAR optou pela quitação antecipada dos débitos parcelados no REFIS e foram compensados R\$35.059 com prejuízos fiscais, considerando o artigo 33 da Medida Provisória nº 651/2014 e Portaria PGFN/RFB nº 15/2014.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, no período findo em 31 de março de 2016 e 2015, é demonstrada como segue:

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/03/2016		31/03/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	222.759	222.759	134.728	134.728
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	55.690	20.048	33.682	12.126
Adições :				
Provisão para contingências	68.757	24.752	66.999	24.120
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	18.524	6.669	29.510	10.623
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	17.121	6.164	12.035	4.333
Ajuste a valor presente	2.151	775	13.134	4.728
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	2.087	751	7.987	2.875
Participação nos lucros, honorários, licença prêmio e fundo de pensão	13.009	4.684	11.942	4.299
Efeito de IR/CSLL s/ Equivalência patrimonial	1.241	447	21.299	7.668
SWAP	95.870	34.513	110.776	39.329
Outras provisões	25.855	9.375	16.080	6.592
	244.615	88.130	289.762	104.567
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos regulatórios	(44.210)	(15.916)	(118.561)	(42.679)
Reversões de provisão de crédito para liquidação duvidosa	(87.559)	(31.522)	(20.618)	(7.423)
Reversões de contingências	(67.555)	(24.320)	(19.400)	(6.984)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	-	-	(12.736)	(4.585)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(17.149)	(6.174)	-	-
Depreciação acelerada	(6.723)	-	-	-
SWAP	(27.203)	(9.793)	(119.091)	(42.873)
Custo de Captação, AVP e VNR	(13.253)	(4.771)	-	-
Outras provisões	(17.106)	(6.145)	(12.390)	(4.521)
	(280.758)	(98.641)	(302.796)	(109.065)
IRPJ e CSLL	19.547	9.537	20.648	7.628
Incentivo PAT	(187)	-	(238)	-
Compensação/Constituição prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(975)	(522)	(1.458)	(885)
Incentivo prorrogação licença maternidade	(20)	-	(80)	-
IRPJ exercícios anteriores	-	-	(842)	(301)
IRPJ e CSLL no resultado do período	18.365	9.015	18.030	6.442
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	8,24%	4,05%	13,38%	4,78%
Ativo fiscal diferido	32.724	6.623	1.898	302
Provisão para realização	-	-	7.315	2.965
(+) IRPJ Subvenção governamental	(14.773)	-	(12.862)	-
Total	36.316	15.638	14.381	9.709
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	16,30%	7,02%	10,67%	7,21%

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social--Continuação

- (a) Em 28 de março de 2012, foi emitido Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à controlada CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 31 de março de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$17.660. Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 31 de março de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$4.477.

CEMAR

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

CELPA

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

22. Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos seus resultados operacionais. No período findo em 31 de março de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia era de R\$1.187 (R\$3.220 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo provisionado na Companhia juntamente com suas controladas era de R\$32.389 em 31 de março de 2016 (R\$65.384 em 31 de dezembro de 2015).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

	31/03/2016	31/12/2015
Credores financeiros (d)	1.203.765	1.199.397
Credores operacionais (a)	195.351	214.214
Encargos setoriais (b)	50.542	61.442
Intragrupos (c)	70.414	69.413
(-) Ajuste a valor presente (d)	(449.409)	(457.421)
Total	1.070.663	1.087.045
Circulante	91.575	91.446
Não circulante	979.088	995.599

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante essa fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela CIA., sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL) manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela CELPA, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a CELPA realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$395.292, sendo R\$404.983 de empréstimos e financiamentos, R\$26.206 de credores operacionais, R\$15.300 de intragrupos e R\$1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12.

24. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

	31/03/2016			31/12/2015		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	136.721	(130.727)	5.994	130.275	(130.564)	(289)
Tributárias	5.165	(4.006)	1.159	2.286	(387)	1.899
Trabalhistas	114.817	(47.062)	67.755	119.767	(44.853)	74.914
Regulatórias	18.586	-	18.586	18.057	-	18.057
PPA CELPA (a)	284.366	-	284.366	334.561	-	334.561
	559.655	(181.795)	377.860	604.946	(175.804)	429.142
Circulante	138.457	(26.272)	112.185	134.950	(25.277)	109.673
Não circulante	421.198	(155.523)	265.675	469.996	(150.527)	319.469
	559.655	(181.795)	377.860	604.946	(175.804)	429.142

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$61.996 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional, da controlada CELPA.

O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um ajuste no montante de R\$284.366 em 31 de março de 2016.

Movimentação dos processos no período (Consolidado)

	31/12/2015					31/03/2016
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	130.275	8.435	(4.381)	(2.198)	4.590	136.721
Tributárias	2.286	2.879	-	-	-	5.165
Trabalhistas	119.767	852	(5.758)	(362)	318	114.817
Regulatórias	18.057	-	-	-	529	18.586
PPA Celpa (b)	334.561	-	-	(50.195)	-	284.366
	604.946	12.166	(10.139)	(52.755)	5.437	559.655

	31/12/2014					31/12/2015
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	120.583	31.324	(25.823)	(14.105)	18.296	130.275
Tributárias	498	1.826	-	(16)	(22)	2.286
Trabalhistas	112.611	5.719	(4.750)	(5.132)	11.319	119.767
Regulatórias (a)	28.382	2.004	(11.745)	(2.494)	1.910	18.057
PPA Celpa (b)	335.899	-	-	(1.338)	-	334.561
	597.973	40.873	(42.318)	(23.085)	31.503	604.946

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Movimentação dos processos no período (Consolidado)--Continuação

- (1) Gastos efetivos com contingências judiciais.
 - (2) Reversões realizadas no período.
 - (3) Atualizações monetárias.
- (a) Do valor das baixas R\$39.540 foram parceladas no âmbito da Lei 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$20.044 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$21.801, referente ajuste de processos e de cálculo da Selic, e R\$38.906 referentes aos Termos de Ajustamento de Conduta - TACs (conforme Despacho nº 2.913, de 18 de setembro de 2012, que homologou o plano de transição da CELPA), uma vez que eles passaram a ser controlados por conta específica de obrigações especial.
- (b) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.271 reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2016 contempla provisão de R\$114.817 (R\$119.797 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$88.788 (R\$85.195 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Cíveis

As controladas figuram como rés em 21.890 processos cíveis, sendo que 15.504 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

No encerramento das demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$136.721 (R\$130.275 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$397.501 (R\$439.025 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Tributárias

A CEMAR e a CELPA figuram como parte ré em 165 processos tributários.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$5.165, para as causas tributárias (R\$2.286 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências tributárias cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$46.415 (R\$46.416 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

24. Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (Consolidado)-- Continuação

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (NOS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico;
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

25. Outras contas a pagar (Consolidado)

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos a pagar - fornecedores	12.046	-	14.266	-
Adiantamentos e devoluções (a)	65.169	-	47.376	-
Entidades seguradoras	-	-	203	-
Outras apropriações fornecedores	10.055	-	11.001	-
Encargos tarifários	2.696	-	1.894	-
Créditos tributários - CCC (b)	-	244.865	-	246.915
Multas regulatórias (c)	57.408	26.734	71.753	29.058
Cauções	2.952	-	3.817	-
Aquisição Celpa (d)	60.000	-	60.000	-
Créditos de terceiros	9.500	-	6.890	-
Contribuição de iluminação pública	-	-	18.311	-
Outras contas a pagar	58.394	23.713	48.483	25.726
Total	278.220	295.312	283.994	301.699

(a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia e suas controladas, ao consumidor.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. Outras contas a pagar (Consolidado)--Continuação

- (b) Refere-se ao passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Controlada CELPA ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembleia de credores nos prazos e condições legais estabelecidas no plano de recuperação judicial aprovado.
- (c) Refere-se ao aumento do passivo circulante em função de um saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos, estimado pela controlada CELPA.
- (d) Dos valores de outras contas a pagar, R\$46.292 refere-se à controlada CELPA, em que temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$38.274 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

O capital social em 31 de março de 2016 é de R\$1.980.214 (R\$1.980.214 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionista	ON	%
Squadra Investimentos	31.176.900	15,70%
International Financial Corporation	10.625.000	5,35%
Opportunity	10.067.478	5,07%
GIC	10.001.775	5,04%
Minoritários	136.717.314	68,84%
Total	198.588.467	100,00%

Em 25 de fevereiro de 2016, através do exercício de opções no âmbito do Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, foi verificado aumento de capital total de R\$ 23, através da emissão e subscrição de 1.115 ações ordinárias da Companhia.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de "Tag Along" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. Patrimônio líquido--Continuação

26.2. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$48.071, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

26.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

26.4. Reserva de lucros - reserva para investimento e expansão

Essa reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia.

26.5. Reserva de lucros - distribuição de dividendos adicionais

Essa reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o mínimo obrigatório, cuja distribuição ainda não foi aprovada em Assembleia.

27. Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. Plano de opção de compra de ações--Continuação

Preço de Exercício das Opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

28. Receita operacional (Consolidado)

	31/03/2016		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.018.051	1.581.473	919.915
Industrial	12.906	372.806	194.562
Comercial	323.948	703.087	449.092
Rural	192.384	98.875	39.101
Poder público	43.222	202.085	123.391
Iluminação pública	1.574	210.154	80.926
Serviço público	8.594	135.424	64.307
Consumo próprio	601	9.575	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	5.590
Suprimento CCEE	-	-	53.775
Baixa renda	-	-	103.978
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(8.945)
Receita de construção	-	-	296.746
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	80.414
Outras	-	-	88.810
Total	4.601.280	3.313.479	2.491.662

	31/03/2015		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.876.055	1.507.713	831.631
Industrial	12.573	452.236	200.791
Comercial	309.140	713.864	433.599
Rural	176.592	87.770	35.923
Poder público	41.212	192.689	108.552
Iluminação pública	1.417	201.562	71.589
Serviço público	8.068	135.162	55.454
Consumo próprio	398	10.649	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	6.497
Fornec.não faturado reposição tarifária	-	-	14.558
Suprimento CCEE	-	-	13.572
Baixa renda	-	-	86.435
Receita de construção	-	-	270.316
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	127.698
Outras	-	-	22.438
Total	4.425.455	3.301.645	2.279.053

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Fornecimento de energia elétrica	1.939.260	1.840.348
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros (a)	73.483	90.932
Remuneração financeira WACC (b)	64.536	38.925
Suprimento de energia elétrica (c)	53.775	13.572
Receita de construção (d)	296.746	270.316
Outras receitas	63.385	24.960
Receita operacional	2.491.185	2.279.053
ICMS sobre venda de energia elétrica	(416.525)	(371.160)
PIS e COFINS	(180.666)	(186.172)
Encargos do consumidor	(13.812)	(22.387)
ISS	(1.133)	(566)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(144.637)	(20.173)
Outros	(590)	-
Deduções à receita operacional	(757.363)	(600.458)
Receita operacional líquida	1.733.822	1.678.595

- (a) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08"), que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.
- (b) O aumento da remuneração financeira WACC é referente ao processo de revisão tarifária, realizado em agosto/2015 na controlada CELPA. Conforme Nota Técnica 240/2012 e 198/2015-SGT/ANEEL, a base de remuneração líquida sofreu um aumento de 104% no período.
- (c) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde no trimestre findo em 31 de março de 2016 as controladas CEMAR e CELPA tiveram sobras contratuais pela queda no mercado devido à crise do país, e com isso vendeu energia no mercado *spot*.
- (d) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (e) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos às controladas CEMAR e CELPA para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014..

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

30. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	31/03/2016			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	33.511	13.345	43.622	90.478
Material	3.149	301	655	4.105
Serviços de terceiros	68.997	47.132	37.640	153.769
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	795	-	-	795
Energia elétrica comprada para revenda	905.862	-	-	905.862
Custo de construção	296.746	-	-	296.746
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	44.980	-	44.980
Provisão para contingência	-	-	1.073	1.073
Provisão para contingência – PPA	-	-	(50.194)	(50.194)
Depreciação e amortização	66.226	-	-	66.226
Arrendamento e aluguéis	5.510	1.302	1.022	7.834
Subvenção CCC	18.579	-	-	18.579
Recuperação de despesas	-	(6.049)	-	(6.049)
Outros	1.408	6.243	1.121	8.772
Total	1.400.783	107.254	34.939	1.542.976

Custos/despesas operacionais	31/03/2015			
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	29.226	12.855	41.887	83.968
Material	1.965	874	1.043	3.882
Serviços de terceiros	52.573	55.592	25.201	133.366
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	1.402	-	-	1.402
Energia elétrica comprada para revenda	921.077	-	-	921.077
Custo de construção	270.316	-	-	270.316
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	28.908	-	28.908
Provisão para contingência	-	-	3.714	3.714
Depreciação e amortização	20.775	-	-	20.775
Arrendamento e aluguéis	4.302	732	949	5.983
Subvenção CCC	(5.824)	-	-	(5.824)
Recuperação de despesas	-	(6.932)	-	(6.932)
Outros	(26.531)	4.885	7.402	(14.244)
Total	1.269.281	96.914	80.196	1.446.391

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

31. Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de leilão	2.978	2.233	564.142	504.955
Contratos Eletronuclear	121	123	25.018	27.062
Contratos cotas de garantias	1.595	1.280	113.172	42.865
Encargo de energia de reserva	-	-	32.462	11.679
Energia de curto prazo - CCEE (a)	107	589	77.110	329.475
Energia bilateral	58	57	12.643	11.699
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	74	76	25.657	17.822
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	81.681	40.005
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	(83.207)	(90.957)
Outros custos	-	-	57.184	26.472
Total	4.933	4.358	905.862	921.077

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (a) No primeiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 44,07 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD Trocas Livres de novembro e dezembro de 2015.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	-	-	84.731	41.010
Acréscimo moratório de energia vendida (a)	-	-	44.470	32.424
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	-	173.674
Receita financeira de AVP	-	-	2.510	48
Variações monetárias cambiais (c)	-	-	67.534	32.201
Atualização do ativo financeiro – receita (d)	-	-	62.864	19.645
Atualização CCC (f)	-	-	1.994	-
Juros ativos CVA (e)	-	-	15.434	-
Juros ativos	-	-	-	31.414
Descontos obtidos	-	-	3.672	2.068
PIS/COFINS sobre receita financeira	-	-	(5.133)	-
Outras	17.139	23.391	24.915	12.669
Total receitas financeiras	17.139	23.391	302.991	345.153
Despesas financeiras				
Juros dos empréstimos e financiamentos e outros	-	-	(74.592)	(61.526)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	(133.450)	(57.501)
Atualização do ativo financeiro - despesa (d)	-	-	-	(7.275)
Atualização de eficientização e contingências	-	-	(2.815)	(8.412)
Multas	-	-	(881)	(4.711)
Variações monetárias e cambiais (c)	-	-	-	(242.633)
Infrações operacionais	-	-	-	(1.932)
Ajuste a valor presente	-	-	(8.133)	-
Ajuste a valor presente parcelamentos	-	-	(473)	-
Juros passivos	-	-	-	(11.652)
Juros passivos CVA (e)	-	-	(3.262)	-
Descontos concedidos	-	-	(23)	-
Outras despesas financeiras	-	(46)	(18.596)	(10.962)
Total despesas financeiras	-	(46)	(242.225)	(406.604)
Total	17.139	23.345	60.766	(61.451)

- (a) A variação apresentada decorre substancialmente do crescimento do contas a receber de parcelamento, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta um crescimento de 64%, bem como o aumento dos pagamentos efetuados com atraso com a apresentação do reaviso de cobrança.
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam dólar + spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No 1º trimestre de 2016 o dólar acumulou uma queda de 9%, fazendo com que o *Swap* tivesse um resultado de despesa, contra uma alta de 20% do dólar no 1º trimestre de 2015, gerando receita.
- (c) O principal efeito das contas foi a receita de variação cambial, é derivado da queda do dólar de 9% no 1º trimestre de 2016, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,56 em 31 de março de 2016, contra uma alta de 20% no 1º trimestre de ano de 2015.
- (d) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da controlada CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

32. Resultado financeiro--Continuação

- (e) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (f) Refere-se à atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de sub-rogação CCC da controlada CELPA conforme previsto na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011, data da primeira habilitação das parcelas recebidas com atraso cujo montante atualizado é de R\$38.190.

33. Entidade de previdência privada

CEMAR

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece os benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período findo em 31 de março de 2016, esse valor corresponde a R\$606 (R\$2.934 em 31 de dezembro de 2015).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

CELPA

A CELPA é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A CELPA possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da CELPA e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A CELPA mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do período de nove meses findo em 31 de março de 2016, esse valor corresponde a R\$775 (R\$751 em 31 de março de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A criação do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.

- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Déficit Técnico do Plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um “Plano de Equacionamento de Déficit Técnico”, o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o “Termo de Equacionamento de Déficit”, a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela CELPA estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA "R", em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios CELPA OP--Continuação

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por invalidez ou morte

Plano de Benefícios CELPA R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte
- Abono anual

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a CELPA é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com co-participação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho(a), Enteado(a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado(a) solteiro(a) com até 24 anos de idade ou, se inválido(a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de assistência médica—Continuação

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

34. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Política de utilização de derivativos

A Equatorial apenas utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras, ambos através de operações de *swap*.

As controladas CELPA e CEMAR possuem *swap* para fins de proteção cambial.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	404.045	404.045	397.866	397.866
Investimento de curto prazo	2.040.274	2.040.274	2.083.474	2.083.474
Contas a receber de cliente	2.207.247	2.207.247	2.255.296	2.255.296
Ativo financeiro de concessão	2.303.982	2.303.982	2.228.931	2.228.931
Depósitos judiciais	181.795	181.795	175.804	175.804
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	58.529	58.529	65.824	65.824
Instrumentos financeiros derivativos	98.014	98.014	345.613	345.613
Total ativo	7.293.886	7.293.886	7.552.808	7.552.808
Passivo				
Fornecedores	822.267	822.267	934.780	934.780
Empréstimos e financiamentos	3.183.950	3.183.950	3.392.653	3.392.653
Debêntures	564.599	540.599	542.485	532.144
Total passivo	4.570.816	4.546.816	4.869.918	4.859.577

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes- decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizadas pelo seu valor amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da Companhia são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Dessa forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Por ser uma holding, os principais riscos da Companhia estão relacionados ao desempenho das suas controladas e controlada em conjunto. Conforme a Instrução nº 475 da CVM, os fatores de risco foram detalhados conforme demonstrado abaixo:

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de crédito - os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas Notas 0 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

Riscos de mercado - estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco cambial - é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 12% e a CELPA em 44,9% de sua dívida. As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de março de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(132.426)	(475.538)	(818.650)	156.687	553.799
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/03/2016	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,56	4,45	5,34	2,67	1,78

Risco de vencimento antecipado - as controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - as variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional do Grupo.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros--Continuação

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2016 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	82.836	103.545	124.254	62.127	41.418
Passivos financeiros						
	CDI	(35.647)	(52.862)	(70.073)	(18.436)	(1.221)
	SELIC	(14.167)	(14.614)	(15.060)	(13.721)	(13.274)
	TJLP	(25.816)	(32.342)	(38.866)	(19.292)	(12.769)
	IGP-M	(8.352)	(14.222)	(20.093)	(2.482)	3.388
	FINEL	(3.120)	(3.338)	(3.556)	(2.902)	(2.685)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(169.824)	(171.401)	(172.979)	(168.246)	(166.669)
		Taxa em				
Referência para ativos e passivos financeiros		31/03/2016	25%	50%	-25%	-25%
CDI (%9 meses)		3,25	4,06	4,88	2,44	1,63
SELIC (% 9 meses)		3,26	4,07	4,88	2,44	1,63
TJLP (% 9 meses)		1,82	2,28	2,74	1,37	0,91
IGP-M (% 9 meses)		2,97	3,71	4,45	2,22	1,48
IPCA (% 9 meses)		2,62	3,28	3,93	1,97	1,31

O impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da controlada CEMAR é demonstrado abaixo:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(76.678)	(76.678)
Cenário III	(153.356)	(153.356)
Cenário IV	76.678	76.678
Cenário V	153.356	153.356

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros--Continuação

O impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da controlada CELPA é demonstrada abaixo:

Cenários	Resultado do período	Patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(319.739)	(243.419)
Cenário III	(639.475)	(487.218)
Cenário IV	319.737	395.292
Cenário V	639.474	790.967

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos do Grupo, vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, que podem ser assim resumidos:

Instrumentos derivativos consolidados

Operações passivas Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		31/03/2016	31/12/2015
<i>Swap</i>			
Ponta ativa	US\$	141.072	383.679
Ponta passiva	CDI	(89.118)	(57.050)
Total		51.954	326.629

Risco de escassez de energia - o Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

34. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de escassez de energia--Continuação

A Companhia e suas controladas administram o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operação do Grupo:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

f) Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

A CEMAR possui instrumentos financeiros derivativos (*swap*) com os bancos Itaú e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 23 de dezembro de 2017 e 10 de outubro 2017. Em março de 2016 os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Santander e Itaú são respectivamente 149.020 e 146.810.

A CELPA possui swap com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 24 de fevereiro de 2017, em 2 de fevereiro de 2019 e 8 de agosto de 2016. Em março de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú, Citibank e Santander são respectivamente R\$273.283, R\$440.895 e R\$151.100.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

35. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	<u>Vigência</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Após 2018</u>
Energia contratada	2016 a 2032	1.343.053	1.215.973	1.296.274	25.030.731

CELPA

	<u>Vigência</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Após 2018</u>
Energia contratada	2015 a 2042	2.306.607	2.211.946	2.517.923	53.283.354

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de seis a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

36. Segmento de negócios

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ativos operacionais	11.926.346	10.655.107	84.470	92.247	3.827.140	3.216.991	(3.364.258)	(2.661.814)	12.473.698	11.302.531
Passivos operacionais	8.293.301	8.375.833	35.762	47.266	205.923	165.066	(461.444)	(973.366)	8.073.542	7.614.799
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida	1.678.600	1.640.516	55.222	38.079	-	-	-	-	1.733.822	1.678.595
Custo dos serviços	(1.351.425)	(1.240.940)	(49.358)	(28.341)	-	-	-	-	(1.400.783)	(1.269.281)
Lucro bruto	327.175	399.576	5.864	9.738	-	-	-	-	333.039	409.314
Despesas com vendas	(107.254)	(68.006)	-	-	-	-	-	-	(107.254)	(68.006)
Despesas gerais e administrativas	(103.723)	(134.100)	(35)	(30)	(14.492)	(19.697)	49.867	(327)	(68.383)	(154.154)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	140.841	86.874	(134.657)	(76.172)	6.184	10.702
Amortização do ágio	-	-	-	-	(1.593)	(1.677)	-	-	(1.593)	(1.677)
	116.198	197.470	5.829	9.708	124.756	65.500	(84.790)	(76.499)	161.993	196.179
Receita financeira	293.877	335.692	1.398	994	17.969	23.391	(10.253)	(14.924)	302.991	345.153
Despesa financeira	(251.503)	(421.412)	(145)	(70)	(830)	(46)	10.253	14.924	(242.225)	(406.604)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	158.572	111.750	7.082	10.632	141.895	88.845	(84.790)	(76.499)	222.759	134.728
Imposto de renda e contribuição social	(39.451)	(16.918)	(1.806)	(3.746)	(3.092)	(3.476)	(7.605)	50	(51.954)	(24.090)
Lucro antes das participações dos não controladores	119.121	94.832	5.276	6.886	138.803	85.369	(92.395)	(76.449)	170.805	110.638
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	(2.504)	(3.349)	-	-	(29.498)	(21.920)	(32.002)	(25.269)
Lucro líquido do período por segmento	119.121	94.832	2.772	3.537	138.803	85.369	(121.893)	(98.369)	138.803	85.369

Equatorial Energia S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

37. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	01/12/2016	30.000
Empresarial - Escritório	22/04/2017	1.650

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2016	228.723
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos diversos	20/02/2017	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	28.274
Seguro garantia leilão de energia	(b)	861
Automóvel	31/01/2017	(c)

(a) 50 apólices com vencimentos entre julho de 2015 a julho de 2016.

(b) 8 apólices com vencimentos entre agosto de 2015 a abril de 2016.

(c) 112 veículos segurados.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CEMAR são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

CELPA

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos operacionais	31/12/2016	293.945
Automóvel (a)	31/12/2016	-
Automóvel (b)	31/12/2016	-
Seguro garantia judicial (b)	-	134.241
Seguro garantia de leilão (c)	-	1.053

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

37. Seguros--Continuação

CELPA--Continuação

- (a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.
- (b) 58 Hilux próprias, conforme apólice.
- (c) Apólices vigentes até JAN/2021
- (d) Apólices vigentes até JUN/2017

A CELPA mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CELPA são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

38. Eventos subsequentes

Em 14 de abril de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aumento de capital da Controlada CEMAR, sem emissão de novas ações, no montante de R\$89.210.

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Aché

Luis Henrique Moura

Marcelo Monteiro

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Equatorial Energia S.A

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-S-MA